

## A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM MOSCOVICI E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

*Nilma Margarida de Castro Crusó<sup>1</sup>*

### RESUMO

Propomos apresentar, neste artigo, alguns pressupostos da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação, por entendermos que a consequência epistemológica da postura moscoviciano pressupõe a impossibilidade de compreender o indivíduo sem considerá-lo como parte de uma sociedade cultural, econômica, política, enfim, historicamente situada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria das representações sociais. Teoria do núcleo central. Pesquisa em educação.

O primeiro contato com a Teoria das Representações defendida por Serge Moscovici se deu no curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, quando utilizamos tal referencial teórico para embasar a nossa pesquisa que trata das representações sociais do professor de matemática sobre interdisciplinaridade.

Durante os estudos acerca dessa teoria pudemos perceber que a mesma nos permitiu modificar o nosso olhar em relação ao conhecimento de senso comum, pois o fato dessa teoria atuar na dinâmica entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico nos permite conhecer o que diz o senso comum a respeito de um determinado conhecimento e comparar com o seu conhecimento científico. Nesse sentido, ao fazermos essa comparação, percebemos que esse conhecimento não apenas nutre o próprio conhecimento científico, como se constitui numa Teoria, que pode interferir nas práticas dos sujeitos envolvidos como nos mostra Abric (1994a) ao estudar a relação entre Representação Social e comportamento.

Assim, entendemos que essa perspectiva teórica abre importantes possibilidades de estudos da realidade educacional na medida em que aponta para a interdependência entre o conhecimento científico e o conhecimento de senso comum e rompe com a dicotomia entre esses dois tipos de

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

conhecimento. Diante disso, consideramos relevante apresentar alguns pressupostos da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, da Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric e tentar resgatar a sua importância, ainda que de forma breve, para a pesquisa em Educação.

## A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SERGE MOSCOVICI

O primeiro teórico a falar em representações sociais como “representação coletiva” foi Émile Durkheim, designando a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Segundo este autor, o pensamento individual seria um fenômeno puramente psíquico, mas que não se reduziria à atividade cerebral, e o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

De acordo com Farr (1995, p. 35), Durkheim faz uma distinção entre o estudo das representações individuais e o estudo das representações coletivas. Para ele o estudo das representações individuais seria do domínio da psicologia, e o estudo das representações coletivas ficaria a cargo da sociologia. O fundamento de tal distinção estava na crença, por parte desse teórico, de que as leis que explicavam os fenômenos sociais eram diferentes das leis que explicavam os fenômenos individuais.

Assim, as representações coletivas, por serem fruto dos acontecimentos sociais, se constituem em fato social e, como tal é resultado de uma consciência coletiva e não de uma consciência individual. Por essa razão, não podemos, segundo Durkheim, tratar as representações coletivas numa perspectiva individual.

A discussão inicial de Durkheim sobre representações coletivas foi crucial para que Moscovici buscasse na sociologia um contraponto para a perspectiva individualista da psicologia social, tão presente na psicologia social da América do Norte. Entretanto, Moscovici (1978) defende que a representação social deve ser encarada “tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 45).

Desse modo, a Teoria das Representações Sociais proposta pelo psicólogo social francês Serge Moscovici e apresentada por ele na obra intitulada **A representação social da psicanálise** preocupa-se fundamentalmente com a inter-relação entre sujeito e objeto e como se dá o processo de construção do conhecimento, ao mesmo tempo individual e coletivo na construção das Representações Sociais, um conhecimento de senso comum.

De acordo com Moscovici (1978, p. 41), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla dimensão, Sujeito e Sociedade, e situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos.

É importante ressaltar, conforme Alves-Mazzotti (2000, p. 59), que Moscovici parte da premissa de que

[...] não existe separação entre o universo externo e o universo interno do sujeito: em sua atividade representativa, ele não reproduz passivamente um objeto dado, mas, de certa forma, o reconstrói e, ao fazê-lo, se constitui como sujeito, na medida em que, ao apreendê-lo de uma dada maneira, ele próprio se situa no universo social e material.

Outra diferença apontada por Moscovici entre a Teoria das Representações Sociais elaborada por ele e a perspectiva individualista da psicologia social da América do Norte é que os conceitos construídos pelos indivíduos na perspectiva individualista

[...] não levam em conta o papel das relações e das interações entre as pessoas: os grupos são considerados a posteriori e de maneira estática, centrando-se a investigação na maneira como eles selecionam e utilizam as informações que circulam na sociedade, e não como as instâncias que as criam e comunicam. Finalmente, ao contrário do que ocorre nos estudos das representações sociais, o contexto, bem como as intenções dos atores sociais não são considerados (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 59).

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici é uma teoria que pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real, confrontando e atribuindo uma significação específica (ABRIC, 1994, p. 188).

Tal teoria, abordada em termos de produto, volta-se para o conteúdo das representações, para o conhecimento de senso comum, que permite aos sujeitos interpretarem o mundo e orientarem a comunicação entre eles, na medida em que, ao entrarem em contato com um determinado objeto, o representam e, em certo sentido, criam uma teoria que vai orientar suas ações e comportamentos.

De acordo com Maia (1997), um dos aspectos advogados por Moscovici é a existência de um conhecimento de senso comum, que permite explicar determinadas práticas. Tal conhecimento é visto por ele como um conhecimento verdadeiro, e não como um disfuncionamento do conhecimento científico. A grande questão é que esse conhecimento de senso comum, por ser um conhecimento circunscrito, se diferencia do conhecimento científico, que busca a generalização e a operacionalização. Assim, a teoria das Representações Sociais é uma proposta científica de leitura do conhecimento de senso comum e, nesse sentido, preocupa-se com o conteúdo das representações.

A Teoria das Representações Sociais abordada em termos de processo consiste em saber como se constroem as representações, como se dá à incorporação do novo, do não familiar, aos universos consensuais. Nesse sentido, para Moscovici, a construção das representações envolve dois processos formadores: a ancoragem e a objetivação. Assim, conforme Sá, “o processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto” (SÁ, 1995, p. 38).

De acordo com Moscovici, o processo de objetivação “faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material” (MOSCOVICI, 1978, p. 110). Nesse caso, então, a objetivação consiste em dar concretude a um determinado conceito. No caso do estudo de Moscovici, o conceito utilizado foi o de psicanálise através do qual ele buscava conhecer como um determinado grupo a representava. Através desse estudo, ele percebeu que, “ao objetivar o conteúdo científico da Psicanálise, a sociedade já não se situa com vistas à Psicanálise ou aos psicanalistas, mas em relação a uma série de fenômenos que ela toma a liberdade de tratar como muito bem entende” (MOSCOVICI, 1978, p. 112).

Segundo Alves-Mazzotti (2000, p. 60), para Jodelet, a objetivação de um determinado conceito ou objeto, por parte dos sujeitos, depende basicamente dos condicionantes culturais – acesso diferenciado às informações em função da inserção social dos sujeitos – e dos aspectos valorativos do grupo – sistema de valores do grupo. Dessa forma, as informações recebidas a respeito de um

conceito ou objeto passam por uma organização, para que estes possam adquirir uma imagem coerente, ou seja, a construção formal de um conhecimento em nível de senso comum.

O processo de ancoragem envolve, para Moscovici, “a integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente”, ou seja, “sua inserção orgânica em um repertório de crenças já constituído” (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 60). Nesse sentido, através da ancoragem tornamos familiar o conceito ou objeto representado.

Uma outra questão que Durkheim aponta e que é retomada e ampliada por Moscovici, ao elaborar a Teoria das Representações Sociais, se refere ao peso que a opinião tem no processo de desenvolvimento da ciência. Para Durkheim,

[...]o valor que atribuímos à ciência, como aliás, nas religiões, depende, em suma, da idéia que fazemos coletivamente da sua natureza e do seu papel na vida; quer dizer, ela exprime um estado de opinião. É que, de fato, tudo na vida social, inclusive a própria ciência, assenta na opinião (MOSCOVICI, 1978, p. 45).

Em que pese ao pensamento durkheimniano, a valorização da opinião no desenvolvimento da ciência, Moscovici nos chama a atenção para o fato de que trabalhar no campo da opinião envolve uma escala de valores que pode levar à valorização maior de uma ciência em detrimento de outra, e, por isso, o papel da opinião na estrutura e no desenvolvimento das teorias científicas vem sendo cada vez mais reduzido. Entretanto, não podemos deixar de ver fundamento em sua valorização da opinião.

Nessa linha argumentativa, reflete Moscovici (1978, p. 46): “Como se sabe, a opinião é, por um lado, uma fórmula socialmente valorizada a que um indivíduo adere; e, por outro lado, uma tomada de posição sobre um problema controvertido da sociedade”. Entretanto, de acordo com Alves-Mazzotti (2000, p. 59), o que Moscovici procura enfatizar

[...] é que as representações sociais não são apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que ‘determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas.

Logo, para Moscovici, a Representação Social é uma construção que o sujeito faz para entender o mundo e para se comunicar, é uma Teoria.

O estudo das representações sociais traz em seu bojo algumas preocupações importantes. A primeira delas refere-se à discussão do senso comum no ambiente acadêmico que, em geral, é visto com suspeição ou descrédito, mesmo estando no cerne de algumas das mais importantes descobertas da humanidade. Para Moscovici (1978), o senso comum, “com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratégias”, comporta uma série de informações e impressões significativas quando se procura um referencial acerca de determinado tipo de conhecimento, e ressalta: “o volume inflacionado de conhecimentos e realidades indiretas sobrepuja de todos os lados o volume cada vez mais limitado dos conhecimentos e realidades diretas” (MOSCOVICI, 1978, p. 20-21).

Assim, o senso comum vem ganhando espaço, tornando-se referencial indispensável. Moscovici, atento, faz questão de deixar claro, ao tratar da ciência, que

[...] os qualificativos e as idéias que lhe estão associadas deixam escapar o principal do fenômeno próprio de nossa cultura, que é a socialização de uma disciplina em seu todo, e não, como se continua pretendendo, a vulgarização de algumas de suas partes. Adotando-se esse ponto de vista, transfere-se para segundo plano as diferenças entre os modelos científicos e os modelos não-científicos, o empobrecimento das proposições iniciais e o deslocamento do sentido, do lugar da aplicação. Vê-se, pois, do que se trata: da formação de um outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, num contexto social preciso (MOSCOVICI, 1978, p. 24).

Chegamos ao ponto em que se torna necessário dar contornos mais claros ao conceito da representação social e, nesse sentido, Moscovici nos apresenta a seguinte definição: “Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). A representação social constitui-se, segundo Moscovici, num novo status epistemológico e, como tal, por um lado, requer mais tempo histórico para se solidificar, e, por outro, ainda tem de arcar com a resistência de diferentes setores da área acadêmica.

Moscovici, ao tratar da representação social, parte de duas premissas: primeiro considera que não existe um corte entre o universo exterior e o do indivíduo, que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos e que o objeto está inscrito num contexto dinâmico; segundo, vê a representação social como uma “preparação para a ação” (MOSCOVICI, 1978, p. 49). Tais representações partem da observação da realidade feita pelo indivíduo e posteriormente relatada. A observação não pode, entretanto, acontecer de maneira assistemática, precisa de controle para evitar que o indivíduo “tome seus desejos por realidade” (MOSCOVICI, 1978, p. 52). Os relatos podem ser de diferentes tipos, desde os mais acadêmicos até os informais.

Desse conjunto, composto por observação e relatos, surge um tipo de conhecimento. Um conhecimento originário do diálogo, do intercâmbio de idéias e de impressões, da transmissão de informações. O diálogo permite que determinados conceitos ganhem competência e passem, muitas vezes, a ter um formato enciclopédico. Esse conhecimento exprime algumas das “idéias que pairam no ar”, que são capazes de revelar o que um determinado grupo pensa sobre alguma situação determinada. Trata-se muito mais de “manter a coerência” do que propriamente ampliar os conhecimentos, fornecendo informações, palavras e noções que estão, em geral, distantes, encontrando, enfim, nos “sábios amadores” algumas respostas que não poderiam ser encontradas de outra forma.

Ao preocupar-se com a dinâmica das interações sociais, a Teoria das Representações Sociais não concebe o sujeito em separado do objeto. Para essa Teoria o objeto se insere num contexto concebido pelo sujeito como prolongamento do seu comportamento (ABRIC, 1994, p. 12).

A representação, então, funciona como sistema sociocognitivo e como sistema contextualizado. Como sistema sociocognitivo, supõe um sujeito ativo que produz representações acerca de um determinado objeto. Tais representações, embora estejam submetidas às regras dos processos cognitivos, são determinadas inicialmente pelas condições sociais nas quais se elabora e se transmite uma representação (ABRIC, 1994, p. 14).

A representação, como sistema contextualizado, nos remete à questão da significação, um dos elementos fundamentais de uma representação, justamente porque tal elemento é determinado pelo contexto, que pode ser discursivo ou social. De acordo com Abric (1994), a significação de uma representação deve ser observada primeiramente pela natureza das condições do discurso, pelo

contexto ideológico e pelo lugar que ocupa o indivíduo ou o grupo no sistema social a partir do qual foi produzida tal representação (ABRIC, 1994, p. 14-15).

Dentre as funções das representações sociais, podemos citar, conforme Abric (1994), as funções de saber, de identidade, de orientação e justificação das condutas. A função de saber das representações permite aos sujeitos compreenderem e explicarem uma determinada realidade, em consonância com o funcionamento do seu sistema cognitivo e com seu universo de valores e crenças. A função de identidade da representação funciona como uma proteção à especificidade dos grupos na medida em que situa os indivíduos ou grupos no campo social (ABRIC, 1994, p. 15-16).

A representação, ao exercer sua função de orientação, atua como guia de comportamentos e práticas. Nesse sentido, a representação funciona como uma antecipação das ações, quando intervém na finalidade da situação, no tipo de atitude cognitiva a ser adotada pelos sujeitos sociais, revelando, assim, sua natureza prescritiva (ABRIC, 1994, p. 16-17).

A função justificadora da representação atua "a posteriori" no sentido de justificar os comportamentos e tomadas de posição dos grupos e indivíduos numa ação ou com relação aos seus parceiros (ABRIC, 1994, p. 17-18). Dessa forma, a adoção do referencial da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici nas pesquisas em educação implica assumirmos uma perspectiva que considera que as representações sociais têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas e que o conhecimento do senso comum é um conhecimento legítimo condutor de transformações sociais e que, de certa forma, "direciona" a produção do conhecimento científico.

Sendo assim, o referencial teórico das Representações Sociais, ao atuar na dinâmica entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico, oferece amplas possibilidades de investigação sobre a realidade educacional, numa perspectiva que contempla a compreensão do individual/social, enquanto elementos que só podem existir em sua inter-relação.

## TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

De acordo com Abric (1994, p. 19), "a representação é, pois, constituída por um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes sobre um objeto dado". Contudo, uma das principais preocupações de Abric consiste no estudo da relação entre Representação Social e comportamento.

Para Abric (1994), os comportamentos dos sujeitos ou dos grupos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação, daí a importância, para este autor, do estudo das Representações Sociais.

Ao perceber tal questão, Abric (1994) começa a se preocupar com o estudo experimental das representações, o que implica uma nova abordagem da metodologia experimental que leve em consideração fatores cognitivos e simbólicos. Sendo assim, o estudo experimental das representações se aproxima de uma abordagem que leve em conta tanto os fatores e comportamentos diretamente observáveis, quanto a dimensão simbólica que está relacionada à significação, já que se trata de verificar a hipótese de que os comportamentos dos sujeitos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação (ABRIC, 1994, p. 188).

A partir de estudos experimentais realizados por Flament (apud ABRIC, p. 189-190) e W. Doise (apud ABRIC, 1994, p. 196), Abric confirma sua hipótese de que há uma relação entre representação e comportamento. Primeiramente, de acordo com Abric, numa pesquisa realizada por Flament,

verificou-se que uma mesma situação pode dar lugar a diferentes representações. Tal experimento envolveu em uma mesma situação de jogo dois tipos de sujeitos: os de cultura anglo-saxônica e os de cultura latina.

Essa mesma situação de jogo foi representada de maneira diferenciada pelos sujeitos. Para os sujeitos de cultura anglo-saxônica, a situação de jogo significava competição, e o comportamento desses sujeitos era competitivo. Já para os sujeitos de cultura latina, significava prazer e interação, gerando um comportamento interativo com os membros do seu grupo. O fato de essas representações estarem ligadas a fatores culturais confirma a representação como sistema contextualizado (ABRIC, 1994, p. 189-190).

Conforme dissemos no parágrafo inicial, uma das principais preocupações de Abric é com o estudo da relação entre Representação Social e ação. Para ele, a representação antecede a ação, ou seja, a representação tem uma função antecipatória, o que pode ser um sinal de que a Representação Social é prescritiva.

A esse respeito, Abric (1994, p. 196) nos mostra que Doise, ao analisar as representações de um grupo em situação de interação competitiva com um outro grupo, onde os participantes deveriam conhecer a tarefa proposta, falar de suas motivações e das características que atribuíam a si mesmos, aos integrantes do seu grupo e ao grupo adversário, observou que os sujeitos atribuem motivações mais competitivas em relação ao grupo adversário em função das características que lhe são atribuídas.

Como resultado, essa pesquisa demonstrou que, antes da interação entre os grupos, os sujeitos atribuíam as motivações mais competitivas ao grupo adversário em função das características que lhe foram atribuídas, justificando assim um comportamento competitivo.

Para identificar que elementos das representações são determinantes na efetivação dos comportamentos, Abric preocupa-se, primeiramente, em comprovar, a partir de pesquisas experimentais, que o comportamento dos sujeitos não é determinado pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação. Em seguida, busca compreender como se dá a organização interna das representações em função de explicar a relação representação e ação, o que se constitui a base da Teoria do Núcleo Central.

Tal teoria, elaborada por Abric (1994), preocupa-se justamente com a estrutura interna e a dinâmica das representações, e, para ele, é o núcleo central que determina a significação e a organização da representação (ABRIC, 1994, p. 197).

A hipótese da organização interna é assim definida por Abric:

A organização de uma representação apresenta uma modalidade particular, específica: não somente os elementos hierarquizados, mas toda a representação está organizada em torno de um núcleo central constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação sua significação (ABRIC, 1994, p. 19).

A idéia essencial de Abric (1994) é a de que toda a representação está organizada em torno de um núcleo central (NC) que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna. Os outros elementos que entram na composição são chamados elementos periféricos (EP), e constituem a parte operatória da representação, desempenhando um papel essencial no funcionamento e na dinâmica das representações. Sendo mais sensível às características do contexto imediato, o sistema periférico constitui a interface entre a realidade concreta e o NC (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 62).

A discussão de Abric sobre o núcleo central é uma tentativa de mostrar que a retenção do conteúdo de uma representação não é suficiente para reconhecê-la e especificá-la, como pretendia Moscovici, mas é preciso analisar como esse conteúdo está organizado, porque é na organização dos elementos em torno do núcleo central que podemos encontrar as diferenças e semelhanças entre as representações (ABRIC, 1994, p. 22).

O núcleo central desempenha as seguintes funções: a) geradora; b) organizadora; c) estabilizadora. A função geradora será a responsável pela criação ou transformação de uma representação; a função organizadora determinará a natureza das ligações entre os elementos de uma representação; e a função estabilizadora conterá os elementos que mais resistem à mudança (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 62-63).

Diz-nos Abric (1994, p. 197) que o núcleo central é composto de um ou vários elementos, cuja ausência desestruturará ou dará um significado radicalmente diferente da representação no seu conjunto. O núcleo central é o elemento que mais resiste à mudança e, dessa forma, qualquer mudança no núcleo central modifica completamente a representação. Vale ressaltar que é identificando o núcleo central que teremos elementos para o estudo comparativo das representações e, dessa forma, identificarmos tipos diversos de Representações sobre um dado objeto ou situação (ABRIC, 1994, p. 22).

Por serem os elementos do núcleo central os que mais resistem a mudanças, e por isso mesmo dão significado às representações, fica claro que tais elementos ocupam uma posição privilegiada na estrutura da representação. Desse modo, Abric (1994, p. 23) nos diz que os elementos do núcleo central são determinados “de um lado, pela natureza do objeto representado; de outro, pela relação que a pessoa – ou grupo – mantém com esse objeto; e finalmente, pelos sistemas de valores e de normas sociais que constituem o meio ideológico do momento e do grupo”.

Abric (1994, p. 25), enfatiza que em volta do núcleo central organizam-se os elementos periféricos. O que significa que sua presença e sua função são determinadas pelo núcleo central. Os elementos periféricos fazem parte do conteúdo das representações e se tornam essenciais na medida em que estão próximos à situação concreta em que se elabora ou funciona a representação, é a dimensão contextualizada da representação.

Sendo assim, Abric (1994, p. 25-26) afirma que os elementos periféricos exercem três funções essenciais: a função de concretização, que é diretamente dependente do contexto que produz esses elementos; a função de regulação, que supre o elemento central, na medida em que os elementos periféricos exercem um papel fundamental na adaptação da representação, quando há uma evolução do contexto em que a representação foi produzida; e a função de defesa, que atua no momento em que a representação precisa de defesa, pois, como já dissemos, o ponto central de uma representação resiste a mudanças de interpretações e à integração de elementos novos. Nesse sentido, é somente nos elementos periféricos que poderão aparecer as contradições.

Como podemos observar através dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais, poderemos delimitar o significado atribuído pelos sujeitos a um determinado conhecimento e compreender a partir da Teoria do Núcleo Central como esses significados se organizam num determinado grupo e verificar até que ponto essas representações norteiam a ação dos indivíduos, o que se constitui, no nosso entendimento, uma possibilidade de leitura de questões que envolvem a realidade educacional.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PROPOSTA POR SERGE MOSCOVICI À PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Considerando a abrangência conceitual da Teoria das Representações Sociais, teceremos breves considerações a respeito das possibilidades de aplicação dessa teoria a pesquisas que visam a melhoria da qualidade de ensino nas escolas.

Primeiramente, ressaltamos que o fato da teoria das representações sociais considerar o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permite explicar determinadas práticas nas escolas, na medida em que, identificar as representações dos professores e alunos em relação a um determinado objeto, pode nos ajudar a compreender algumas questões de sala de aula.

Como exemplo podemos citar o trabalho de Maia (2001) que, ao discutir a dimensão concreta do ensino de matemática, adota o referencial teórico das representações sociais para analisar as representações sociais de professores sobre a matemática, encontrando como resultado que a noção de concreto na matemática por parte dos professores não se refere ao saber matemático propriamente dito, mas às situações utilizadas pelo professor em sala de aula. Nesse sentido, podemos perceber que a teoria das representações sociais se constitui numa ferramenta importante para entendermos como um conhecimento, no caso específico a noção do concreto e do abstrato no ensino de matemática, é propagado no meio educacional, a partir de uma dinâmica entre suas dimensões científica e social.

A esse respeito, sabemos que:

[...] Durante um certo tempo, o conhecimento popular foi silenciado na escola. Ora, toda sociedade, segundo Moscovici está permeada por esse conhecimento que ele denominou de representação social. Será que a escola é um espaço de puro de saber científico? Estamos certos que não. O professor, o aluno como atores de uma sociedade em movimento, carregam consigo um saber que se constrói no dia a dia, tanto social, familiar, quanto profissional. E este conhecimento eles trazem para a escola. Identificar elementos desse conhecimento e estabelecer relações com o conhecimento científico, objeto específico de “transmissão” escolar, nos parece ser um importante passo para a compreensão de entraves e desvios que observamos no dia a dia escolar (MAIA, 2001, p. 85).

Dessa forma, entendemos que a representação social permite ao sujeito interpretar o mundo, facilita a comunicação, orienta as ações e comportamentos e, nesse sentido, temos a idéia de que a prática escolar não está imune a um conhecimento oriundo da interpretação, da comunicação entre os sujeitos. É nesse contexto que concebemos que a identificação das representações que permeiam a realidade educacional possa contribuir com a análise dessa realidade.

Um outro aspecto levantado por Maia (2001, p. 84), e que podemos apontar como importante para adotarmos a Teoria das Representações Sociais como referencial teórico para a pesquisa em educação, é que o próprio ato de representar um objeto é um ato propriamente humano e, como tal, interessa à psicologia como elemento que permite a explicação do comportamento humano.

Nesse sentido, o problema de indisciplina em sala de aula, por parte do aluno, tão reclamado pelos professores como um elemento dificultador do processo ensino aprendizagem, pode ser compreendido a partir das representações que os professores e alunos têm do conceito de indisciplina, pois, tal teoria nos permitirá conhecer o senso comum dos professores e alunos sobre

o conceito de indisciplina, acreditando que esse conhecimento interfere na ação dos sujeitos, conforme Abric (1994, p. 188).

Assim, se entendemos que os comportamentos dos sujeitos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas sim pela representação dessa situação, as pesquisas a partir dessa perspectiva abrem possibilidades de verificação das práticas escolares, tomando como ponto de partida o conteúdo das representações.

Compartilhamos também da idéia de que a prática pedagógica é um espaço em que circulam diferentes representações, que por sua vez, guiam essa prática, e, desconsiderá-las como conhecimento verdadeiro, seria não reconhecer os sujeitos dessa prática como sujeito social/cognitivo/afetivo.

Apesar dos limites desse artigo, esperamos que ele possa contribuir para maiores reflexões, por parte dos leitores, a respeito da importância da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e da teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric para a pesquisa em educação.

## LA THÉORIE DES REPRÉSENTATIONS SOCIALES CHEZ MOSCOVICI ET SON IMPORTANCE POUR LA RECHERCHE EN ÉDUCATION

### RÉSUMÉ

Nous nous proposons de présenter, dans cet article, quelques présuppositions de la Théorie des représentations sociales de Serge Moscovici et son importance pour la recherche en éducation car nous entendons que la conséquence épistémologique de la posture moscovicienne présuppose l'impossibilité de comprendre l'individu sans le considérer comme partie d'une société culturelle, économique, politique, enfin, historiquement située.

**MOTS-CLÉS:** Théorie des représentations sociales. Théorie du noyau central. Recherche en éducation.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J-C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994a.

\_\_\_\_\_. L'étude expérimentale des représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994b.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org). **Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

MAIA, L. S. L. **Les représentations des mathématiques et de leur enseignement: exemple des pourcentages**. 1997. Tese (Doutorado) – Lille: Presses Universitaires du Septentrion, Lille, 1997.

\_\_\_\_\_. O que há de concreto no ensino de matemática? **Revista ZETETIKÉ**. Campinas: CEPPEM – FE/Unicamp, v. 9, n. 15/16, jan./dez. 2001.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org). **O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.